

XVII CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ

Tecnologias da Educação: passado, presente, futuro



Anais XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1, 2018, ISSN 2237-2229

PECADOS DA CARNE E PROMESSA DE SALVAÇÃO: DISCURSOS SOBRE A FAMÍLIA NOS PRIMÓRDIOS DA IGREJA CATÓLICA (Século I ao V)

Cícero Edinaldo dos Santos²¹¹

Patrícia Helena Carvalho Holanda²¹²

RESUMO

Este artigo pretende compreender os discursos sobre a família nos primórdios da Igreja Católica, durante o período que compreende o século I ao século V. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, descreve alguns discursos da Sagrada Escritura e de ilustres religiosos sobre as relações *dentro e para a* família, visando entender seus (des) enlances na temporalidade mencionada. Considera que, nos primeiros séculos da Igreja Católica, houve um giro discursivo, onde a família deixou de ser identificada apenas como “um resultado dos pecados da carne” para “onde se evitaria a difusão de tais pecados”. Enquanto se organizava, pastoral e hierarquicamente, a Igreja Católica viu na família a possibilidade de condução humana, no âmbito individual e coletivo. Nos discursos produzidos, foram elaborados os deveres dos esposos entre si, onde a mulher era submissa e culpada do pecado original, e entre os pais e filhos. Os discursos reforçam a ideia de uma suposta “proteção do homem”, sobre os demais integrantes da família: Os filhos, necessitados de uma boa educação moral e a mulher, detentora do sexo fraco, frágil e arisco, necessitada de cuidados. Em tais discursos da Igreja Católica, a família era incentivada a ser monogâmica, formada a partir do casamento, voltada para a reprodução sexual e a manutenção dos princípios cristãos nas futuras gerações.

²¹¹ Doutorando em Educação. Universidade Federal do Ceará. Bolsista Capes. E-mail: ciceroedinaldo@live.com

²¹² Doutora em Educação. Universidade Federal do Ceará. E-mail: profa.patriciaholanda@gmail.com

Palavras-Chave: Família. Pecados da Carne. Discursos

1. APRESENTAÇÃO

O artigo apresentado a seguir faz parte de uma pesquisa de doutorado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Teve o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e está inserido na Linha de História e Educação Comparada (LHEC).

Parte do pressuposto de que os discursos sobre a família não possuem um sentido ou representatividade única. Eles são múltiplos e podem ser entendidos como significações coativas e constringentes que atravessam as relações sociais, em distintas temporalidades (FISCHER, 2003). Os discursos não são resultado de um saber inocente, “mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Com a investigação histórica, os discursos sobre a família tendem a ser desnaturalizados, pois aprendemos “o exercício da dúvida permanente em relação a nossas crenças, às nomeações que vimos fazendo por vezes há longo tempo, de tal forma que já as transformamos em afirmações e objetos plenamente naturalizados” (FISCHER, 2003, p. 375).

Partindo do exposto, a partir de uma revisão bibliográfica e documental, este artigo pretende compreender os discursos sobre a família nos primórdios da Igreja Católica, durante o período que compreende o século I (após a morte de Jesus Cristo) até o século V (com o alvorecer da Idade Média). Para isso descreve alguns discursos da Sagrada Escritura e de ilustres religiosos sobre as relações *dentro* e *para a* família, visando entender seus (des) enlases na temporalidade mencionada.

2. OS PRIMÓRDIOS DA IGREJA CATÓLICA

As raízes do Cristianismo remontam a época do Império Romano, sendo influenciadas diretamente pelo Judaísmo. Estão registradas na Sagrada Escritura e contidas em quatro livros do Novo Testamento, denominados de Evangelhos. Os escritos intitulados pelos nomes de Mateus, Marcos e Lucas se relacionam. O escrito intitulado com o nome de João

segue o mesmo padrão de acontecimentos da vida de Jesus Cristo, porém baseia-se em influências distintas. Segundo esses quatro livros, Jesus Cristo nasceu em Belém, um lugarejo próximo a Jerusalém que, na época, pertencia ao Império Romano, sob o governo de Otávio Augusto. Sua vida e ensinamentos foram presenciados e registrados por seus seguidores – apóstolos e discípulos (TILLICH, 2000).

Os Evangelhos do Novo Testamento demonstram que Jesus Cristo pregava a favor do “Reino de Deus”, fazendo isso por meio de parábolas ou atos em prol do respeito ao próximo. Aos 30 anos, Jesus Cristo começou a percorrer algumas aldeias e cidades, pregando a igualdade entre os povos. Conseguiu grande número de seguidores entre os judeus pobres e os gentios, isto é, aqueles que não acreditavam numa divindade única (BOWKER, 2002). Jesus Cristo reiterava a crença num Deus único que falava e agia por meio das suas palavras, pelo perdão dos pecados e pelas curas realizadas por ele. Elegeu 12 discípulos para estarem com ele durante sua vida, instigando-os a difundir por toda a parte a crença no Deus único, bom e misericordioso, criador de tudo e de todos (BLAINEY, 2012).

Acusado de contrariar as investidas governamentais das autoridades romanas, Jesus Cristo foi condenado a morte na cruz. Após o terceiro dia da sua morte, foi difundida a crença de que ele tinha ressuscitado e aquele que nele crer também poderá renascer para uma nova vida. Pouco tempo depois do desaparecimento do corpo de Jesus Cristo, já era crível a associação entre ele e o Deus único, de modo que a adoração a um também se direcionava a outro (KÜNG, 2002). A ressurreição era vista como “o selo da salvação” (FAMERÉE, 2009, p. 30). Com ela se libertava do pior inimigo da existência humana: a morte. A salvação passava, assim, a ser vista como uma via para a vida em outro mundo. Uma vida eterna.

Jesus Cristo não produziu uma doutrina teológica propriamente dita, mas os seus seguidores passaram a construí-la. Denominados de cristãos, eles começaram a difundir novos modos de conviver com os demais. A princípio a difusão das ideias embasadas nos ensinamentos do “Bom Pastor”, restringia-se as posições sociais e financeiras mais baixas das comunidades, em sinagogas judaicas, assentamentos de artesãos e cortiços. Os seus seguidores diziam que aqueles que escutassem com fé os ensinamentos deixados pelo “Bom Pastor” entrariam para o seu “rebanho”, alcançariam o “Reino de Deus” e a salvação (BLAINEY, 2012).

A partir de missões evangelizadoras, os ensinamentos de Jesus Cristo adentraram o Ocidente. Entre os principais evangelizadores estavam Pedro e João (os discípulos de Jesus Cristo) e Paulo (o apóstolo). No primeiro momento, acreditava-se que os cristãos deveriam ser circuncidados e batizados. Depois, abandonou-se a prática da circuncisão, expandindo os preceitos para um maior número de “ovelhas”. Poderia se converter todos aqueles que cressem em Jesus Cristo e praticassem os seus ensinamentos. Com isso, os gentios foram cada vez mais acolhidos (TILLICH, 2000).

No século I e II, distintas seitas faziam uso dos escritos referentes a vida e obra de Jesus Cristo, privilegiando determinadas registros em relação a outros. Buscando uma homogeneidade foi gestado e organizado um cânon. Este cânon era composto, inicialmente, pelos quatro Evangelhos (João, Lucas, Mateus e Marcos), as Epístolas de Paulo e o livro de Atos dos Apóstolos, aceitos com mais empatia nas distintas comunidades cristãs espalhadas pelo Império Romano. As demais partes do Novo Testamento demoraram mais tempo para serem aceitas nas comunidades cristãs, localizadas em partes do Oriente e Ocidente (GONZÁLEZ, 2004).

As comunidades cristãs estavam localizadas em distintas regiões e possuíam sedes específicas, incluindo uma no Ocidente, em Roma. A falta de uma liderança para todas as comunidades provocava críticas, enquanto estas legitimavam sua presença na sociedade, por intermédio dos Bispos: homens que diziam ser os substitutos dos primeiros seguidores de Jesus Cristo. Ilustres religiosos também prestavam auxílio a tais Bispos e visavam a unidade dos cristãos. Eles pregavam em favor da salvação, baseando seus discursos na Sagrada Escritura e/ou nas suas próprias interpretações (GONZÁLEZ, 1995).

A partir do século II, as missões e pregações cristãs, se deslocaram cada vez mais para o Ocidente, com especial ênfase a Roma. Inspirados e/ou direcionados pelos ensinamentos dos discípulos e apóstolos, os cristãos começaram a se reunir em pequenas capelas, aos sábados ou domingos, em reuniões chamadas *ekklesia*, termo grego que deriva a palavra igreja (ibidem.).

Nas celebrações eram pronunciadas, em voz alta, partes da Sagrada Escritura, bem como orações e sermões que visavam reforçar aspectos morais e combater desvios doutrinários daqueles que conheciam os ensinamentos de Jesus Cristo. No século II, algumas comunidades cristãs passaram a se identificar como integrantes da Igreja Católica: uma Igreja Universal, que

pregava o evangelho “segundo o todo”, ou seja, que pregava os quatro evangelhos de forma ampla e não parcialmente conforme seitas dissidentes da época. Uma das pretensões era juntar as “ovelhas de Jesus Cristo” para que elas pudessem trilhar o mesmo caminho, rumo a vida eterna (TILLICH, 2000).

3. A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA: ENTRE OS PECADOS DA CARNE E A PROMESSA DE SALVAÇÃO

Nos primórdios da Igreja Católica, havia um rechaço as concupiscências da carne²¹³, isto é, a promessa de ter algo ou alguém, apreciando os prazeres corporais. Acreditava-se que a carne correspondia a parte fraca da humanidade, sujeita as tentações do demônio. No entanto, com a maturidade espiritual, os pecados poderiam ser enfrentados e vencidos.

Na Primeira Epístola de João, um dos 12 discípulos de Jesus Cristo, afirma-se que a concupiscência da carne, juntamente com a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não procede de Deus, mas do mundo. Os cristãos não deveriam negar a existência do pecado, pois “(...) se dizemos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós. Se reconhecemos os nossos pecados, (Deus aí está) fiel e justo para nos perdoar os pecados e para nos purificar de toda iniquidade” (I JOÃO 1: 8-9). Valendo-se do mandamento de amar uns aos outros, o cristão deveria agir como um filho de Deus, arrepender-se dos pecados diários e fugir das ameaças de desvio, pois “o mundo passa com suas concupiscências, mas quem cumpre a vontade de Deus permanece eternamente” (I JOÃO 2: 17).

Na Primeira Epístola de Pedro, discípulo de Jesus Cristo, são colocados alguns direcionamentos para a vida cristã, pós-batismo. Para os cristãos que sofriam intempéries na fé, sendo perseguidos, é reforçada a premissa de que eles abstenham dos pecados da carne, oriundos da concupiscência, comportando-se retamente perante os pagãos e servindo de modelo para estes.

(...) Baste-vos que no tempo passado tendes vivido segundo os caprichos dos pagãos, em luxúrias, concupiscências, embriaguez, orgias, bebedeiras e criminosas idolatrias. Estranham eles agora que já não nos lanceis com eles mesmos desregramentos de libertinagem, e por isso vos cobrem calúnias. Eles darão conta àqueles que está pronto para julgar os vivos e os mortos (I PEDRO 4: 1-5).

²¹³ A palavra "carne" é usado nas Sagradas Escrituras com sentidos diferentes. Não se relaciona apenas com o pecado, mas também com a vida e suas complexas relações.

Pedro assinala alguns deveres mútuos entre os cônjuges, destacando a submissão das mulheres ao mando do marido, desde que visassem a obediência a Deus e buscassem a salvação. Trata de assinalar um modo específico das mulheres se comportarem e se apresentarem no mundo, bem como as ações dos maridos perante elas. Segundo ele:

(...) ó mulheres, sede submissas aos vossos maridos. Se alguns não obedecem à palavra, serão conquistados, mesmo sem a palavra da Pregação, pelo simples procedimento de suas mulheres, ao observarem vossa vida casta e reservada. Não seja o vosso adorno o que aparecer externamente: cabelos traçados, ornamentos de ouro, vestidos elegantes; mas tende aquele ornato interior e oculto do coração, a pureza incorruptível de um espírito suave e pacífico, o que é tão precioso aos olhos de Deus. Era assim que outrora se ornavam as santas mulheres que esperavam Deus; eram submissas a seus maridos, como Sara que obedecia Abraão, chamando-a de Senhor. Dela vos tornais filhas pela prática do bem sem temor de perturbação alguma. Do mesmo modo vós, ó maridos, comportai-vos sabiamente no vosso convívio com as vossas mulheres, pois são um sexo mais fraco. Porquanto elas são herdeiras, com o mesmo direito de vós outros, da graça que dá a vida. Tratai-as com todo respeito para que nada se oponha às vossas orações (I PEDRO 3: 1-7).

Paulo, um dos mais influentes apóstolos de Jesus Cristo, escreveu algumas Epístolas que também destacam a relação entre os pecados da carne e a promessa de salvação. Na Epístola aos Gálatas, ele afirma que a reconciliação com Deus se dava exclusivamente pela fé. Em busca dessa reconciliação, cada um era convidado a ser conduzido pelo Espírito Santo – aquele que inspira e move os seres humanos – e não satisfazer os “apetites da carne” (GÁLATAS 5: 16)

Embora chamados a liberdade, os cristãos não deveriam usá-la como pretexto para os prazeres carnis. Os “desejos do Espírito” eram opostos aos “desejos da carne”. Enquanto os primeiros correspondiam a caridade, alegria, paz, paciência, afabilidade, bondade e fidelidade, brandura e temperança, os outros se expandiam no mundo. Estavam presentes nas orgias, impureza, fornicação, libertinagem. “Os que são de Jesus Cristo crucificaram a carne, com suas paixões e concupiscências. Se vivemos pelo Espírito andemos também com o Espírito” (GÁLATAS 5: 24-25).

Na Epístola aos Romanos, Paulo diz que Deus é bom e liberta dos pecados aqueles que n’Ele crer. Recomenda a submissão as autoridades e a tolerância com os outros. Exorta em favor da vigilância e da pureza da carne, dizendo que o advento de Jesus Cristo estaria próximo e a promessa de salvação seria cumprida. Elenca alguns comportamentos adequados, dizendo:

“(…) nada de orgias, nada de bebedeira; nada de desonestidades nem dissoluções; nada de contendas, nada de ciúmes. Ao contrário, revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não façais caso da carne nem lhe satisfaçais aos apetites” (ROMANOS 13: 13-14).

Na Primeira Epístola aos Coríntios, Paulo diz querer poupar os cristãos das “atribuições da carne”, tornando-os livres de todas as preocupações emergentes após o casamento. Segundo ele há uma diferenciação nas práticas cotidianas, uma vez que:

O solteiro cuida das coisas que são do Senhor. O casado preocupa-se com as coisas do mundo, procurando agradar à sua esposa. A mesma diferença existe com a mulher solteira ou a virgem. Aquela que não é casada cuida das coisas do Senhor, para ser santa no corpo e no espírito; mas a casada cuida das coisas do mundo, procurando agradar ao marido (I CORÍNTIOS 7: 32-34).

Paulo diz que caberia aos cristãos se afastarem dos “desejos da carne” e oferecerem sua vida, por inteiro, a serviço de Deus. No entanto, afere acerca do casamento.

(…) Penso que seria bom ao homem não tocar mulher alguma. Todavia, considerando o perigo da incontidência, cada um tenha sua mulher, e cada mulher tenha seu marido. O marido cumpra o seu dever para com a sua esposa e da mesma forma também a esposa o cumpra para com o marido. A mulher não pode dispor de seu corpo: ele pertence ao seu marido. E da mesma forma o marido não pode dispor do seu corpo: ele pertence à sua esposa. Não vos recuseis um ao outro, a não ser de comum acordo, por algum tempo, para vos aplicardes à oração; e depois retornai novamente um para o outro, para que não vos tente Satanás por vossa incontidência. Isso digo como concessão, não como ordem. Pois quereria que todos fossem como eu; mas cada um tem de Deus um dom particular: uns este, outros aquele. Aos solteiros e às viúvas, digo que lhes é bom se permanecerem assim, como eu. Mas, se não podem guardar a continência, casem-se. É melhor casar do que abrasar-se (I CORÍNTIOS 7: 1-8).

Paulo propõe alguns conselhos diretivos aos casados, tais como a proibição do divórcio. “Aos casados mando (não eu, mas o Senhor) que a mulher não se separe do marido. E, se ela estiver separada, que fiques sem casar, ou que se reconcilie com seu marido. Igualmente o seu marido não repudie a sua mulher” (I CORÍNTIOS 1: 10-11). Ele também se refere a posição dos pais perante a possibilidade de casamento das filhas.

Se alguém julga que é inconveniente para a sua filha ultrapassar a idade de casar-se e que é seu dever casá-la, faça-o como quiser: não há falta alguma em fazê-la casar-se. Mas aquele que, sem nenhum constrangimento e com perfeita liberdade de escolha, tiver tomado no seu coração a decisão de guardar a sua filha virgem, procede bem. Em suma, aquele que casa a sua filha faz bem; e aquele que não a casa, faz ainda melhor (I CORÍNTIOS 7: 36-38).

Na Primeira Epístola a Timóteo, Paulo argumenta em favor do cuidado com os anciãos e as viúvas, dizendo: “Quem se descuida dos seus, e principalmente dos de sua própria família, é um renegado, pior que um infiel” (I TIMÓTEO 5: 8). Nas Epístolas aos Colossenses e aos Efésios, ele diz alguns conselhos morais para a vida em família, destacando a relação entre os cônjuges e entre estes e os filhos.

Mulheres, sede submissas a vossos maridos, porque assim convém, no Senhor. Maridos, amai as vossas mulheres e não as trateis com aspereza. Filhos, obedecéis em tudo a vossos pais, porque isto agrada ao Senhor. Pais, deixai de irritar vossos filhos, para que não se tornem desanimados (COLOSSENSES 3: 18-21).

Em outra parte, reforça os deveres dos filhos e dos pais.

Filhos, obedecéis, a vossos pais segundo o Senhor; porque isto é justo. O primeiro mandamento acompanhado de uma promessa é: Honra teu pai e tua mãe, para que sejas feliz e tenhas longa vida sobre a terra. Pais, não exasperes vossos filhos. Pelo Contrário, criai-os na educação doutrina do Senhor (EFÉSIOS 6: 1-4).

Tais discursos contidos na Sagrada Escritura, demonstram como a família foi colocada entre os pecados da carne e a promessa de salvação, no primeiro século do Cristianismo. Embasada nos escritos de João, Pedro e, principalmente, Paulo, essa posição da família foi aprofundada nos séculos seguintes por alguns ilustres religiosos. Nos discursos desses, é possível perceber a continuação do repúdio as coisas do mundo, com destaque para as concupiscências e os pecados da carne resultantes, bem como a pureza dos corpos antes da tentação.

Acreditava-se que a pureza corporal deixava a tentação fraca, sem impulso para o êxito. Essa pureza poderia ser conseguida a partir da fuga. Fugir dos primeiros sinais de tentação era uma opção válida para evitar os pecados da carne. Estes pecados infiltravam-se inicialmente nos pensamentos, instigando a concretização dos prazeres corporais. Fugir desses pensamentos era viável para que o corpo não perecesse. Era necessário, portanto, duelar contra a própria consciência toda vez que a possibilidade de usufruir dos prazeres corporais se apresentasse nos pensamentos (FOUCAULT, 1988).

A tentativa de purificação dos corpos levava a acontecimentos, no mínimo, curiosos. Um deles diz respeito ao sepultamento. Por algum tempo, um édito de uma das comunidades cristãs ordenou que um cadáver do sexo masculino não devia ser sepultado ao

lado de um cadáver do sexo feminino, até que este estivesse completamente decomposto (LINS, 2012). Era aconselhável afastar todo tipo de contato carnal, mesmo após a morte.

Almejando a purificação de seus corpos, muitas mulheres preferiram morrer ao invés de submeterem aos atos e até mesmo abusos sexuais. Tornaram-se mártires e outras repudiaram o casamento. Algumas sofreram diante da roda da tortura e tantas outras foram queimadas com o ferro em brasa. Acreditavam que o corpo casto era aquele que sofria, mas reconhecia a possibilidade de salvação eterna. A purificação começava *nesse mundo*. (GONZÁLEZ, 1995).

Entre os principais fatores que contribuíam para os pecados da carne estava a mulher. Embasado na interpretação da Sagrada Escritura, alguns ilustres religiosos passaram a reiterar que as mulheres eram culpadas pela “expulsão do paraíso” e representantes de Eva na Terra. Para eles, as mulheres eram “seres traiçoeiros que atiçavam a luxúria e o ciúme, lançando os homens uns contra os outros” (NUNES, 2000, p. 22).

No século II, um ilustre cristão chamado Tertuliano afirmava que as mulheres deveriam ser submissas aos esposos e pais. Dizia que “melhor fariam se usassem roupas de luto, já que eram descendentes de Eva, a causa de toda a miséria humana” (LINS, 2007, p. 50). Aqueles que não resistiam aos pecados da carne, afirmavam que os atos indecentes eram oriundos das investidas do demônio, utilizando-se de uma mulher. O demônio também era culpabilizado pelos casais que destoavam das práticas sexuais ditas “normais, certas e naturais” (LINS, 2007).

Para outras religiões não-cristãs, o pecado original trata-se de uma vontade de conhecimento e não um erro carnal ou relacionado aos prazeres sexuais. Todavia, a interpretação cristã, aceita pelos primeiros religiosos, fez do pecado original uma representação simbólica contra o corpo. Eva foi a culpada por promover o pecado de Adão. O corpo de um propiciou o pecado do outro. Ambos foram punidos com a falta de eternidade, a necessidade de trabalhar, as dores e a vergonha de sua existência. Reforçando essa crença, as mulheres foram proibidas de executar oblações, batizados ou bênçãos na Igreja Católica nascente. Aos homens, coube o privilégio de expandir a “Palavra de Deus” e suas obras (LINS, 2007).

A interpretação sexualizada do primeiro pecado da humanidade, resultou numa série de tribulações para a formação da família. O homem foi visto como um ser fragilizado perante as tentações externas, isto é, provocada pela mulher e esta concebida com contornos

malignos (VAINFAS, 1992). Em meio a isso, a virgindade foi destacada cada vez mais nos discursos dos religiosos, enquanto o casamento visto como uma segunda opção. A virgindade dos homens e das mulheres era uma rota mais límpida para a salvação.

Jerônimo de Estridão, um ilustre teólogo cristão, repudiava o concubinato, presente no Império Romano, e valorizava a virgindade. Para ele, Maria se casou virgem e perpetuou a virgindade, do nascimento até a morte. Jesus Cristo nunca se casou e teve uma vida sem práticas sexuais. Logo, a virgindade apresentava-se como caminho de fecundidade no mundo, expressão máxima de purificação do corpo. Em uma de suas cartas, escrita em 384, ele comenta algumas desvantagens do casamento, tais como gravidez, choro de criança, tormentos ocasionados por mulheres rivais e tarefas domésticas. Assegurava também que era necessário vigiar os próprios pensamentos, pois ao pensar malícias da carne, a jovem poderia perder a virgindade a partir do próprio pensamento (HUNT, 1963).

No século V, Agostinho de Hipona, Bispo e propagador da moral cristã, escrevia textos que teorizavam acerca da recusa ao prazer sexual. Valia-se da Sagrada Escritura para argumentar contra os pecados da carne e todas as outras concupiscências. Para ele, Adão e Eva, o primeiro homem e a primeira mulher, ao serem criados por Deus, foram concebidos tendo controle sobre seus corpos. Caso tivessem realizado algum ato sexual no Jardim do Éden, não haveria reação indecorosa ou erotismo, uma vez que o ato sexual representava apenas a utilização do “equipamento mecânico destinado pelo Criador a cumprir, com deliberação e uma espécie de grave apreciação, as exigências do processo reprodutivo” (TANNAHILL, 1983, p. 151).

Para Agostinho de Hipona, “Filhas de Eva”, as mulheres eram mais aptas a cair em tentação e atrair os homens para os pecados da carne. Estes, por sua vez, deveriam se afastar delas, sempre que necessário, pois as mulheres atiçavam a luxúria. Alguns dos ilustres cristãos, contemporâneos de Agostinho de Hipona, compartilhavam dessas ideias e temiam as tentações provocadas pelas mulheres, caracterizando-as de dissimuladas, mentirosas, vingativas, vaidosas, invejosas, difamadoras, de vontade e memória fracas, de pouca inteligência, inconstantes, insaciáveis, prestando-se a todas as torpezas sexuais (VAINFAS, 1992).

É válido ressaltar que, nos primeiros séculos da Igreja Católica, existia uma dubiedade a respeito das mulheres, dentro das próprias crenças religiosas. Acreditava-se que a possibilidade de salvação foi enviada por meio de uma mulher (Maria, mãe de Jesus) e a

destruição também (Eva) (TANNAHILL, 1983). Interessante notar que o culto a Maria não diminuiu a ojeriza dada as mulheres. Elas continuaram sendo vistas como “filhas de Eva”. Maria se tornou um exemplo de esposa e mãe, sofredora, passiva, obediente e aquém do próprio Filho e ao esposo, José. Ela se tornou um referencial de obediência integral, um referencial de mulher (BADINTER, 1986).

O restante das mulheres – exceto as santas, mártires e virgens – eram vistas como tentadoras. “As mulheres respeitáveis eram cercadas de restrições, e as pecadoras eram tratadas com desrespeito e insultos” (LINS, 2007, p. 55). Em ambos casos, não tinham direitos garantidos, tais como a herança da família e propriedade privada (LINS, 2012). A família era formada a partir de investimentos repressivos sobre a conduta da mulher.

No século II, Justino de Nablus, um teólogo romano, mencionava que o casamento deveria ser realizado para produzir filhos. Caso o indivíduo não escolhesse o casamento, deveria se manter continente (FLANDRIN, 1988) Até então, havia uma dissociação entre sexo e amor entre os futuros cônjuges. Inocêncio I, no começo do século V, afirmava que a união entre homem e mulher, após o casamento, deveria expressar a graça conjugal, ao mesmo tempo em que simbolizava uma mistura de ternura e amizade entre os cônjuges. Nada mais do que isso. O casamento era realizado com a finalidade máxima de reprodução sexual e os filhos não trariam apenas alegrias para a família, mas também dores, preocupações e sofrimentos (LINS, 2012).

No âmbito das relações sexuais, as posições do sexo eram alvo de recomendações. Na posição correta, dita natural, o homem estaria sobre a mulher. Ela, por sua vez, não sentiria prazer, gozo e, caso, sentisse, estaria pecando. As posições sexuais deveriam representar a suposta hierarquia entre ambos. Além disso, tudo o que pudesse prevenir a concepção era desvalorizado. A contracepção era vista como um dos maiores pecados da carne (TANNAHILL, 1983).

Entre os cônjuges, dizia-se que poderia brotar atração carnal e outros sentimentos, mas se isso acontecesse seria uma ameaça contra a salvação, pois quem não resistia aos pecados da carne corria o risco de danação no inferno. O casamento era desprezível se pretendia buscar o prazer carnal. No entanto, se destinado à reprodução sexual, constituía-se num bem para a humanidade, embora com consequências para os envolvidos (TANNAHILL, 1983). Com tais dizeres, ilustres religiosos da Igreja Católica, iam transformando a monogamia num padrão

sexual de relacionamento entre homens e mulheres, priorizando a reprodução sexual como cerne do casamento (FLANDRIN, 1988).

No século V, a reprodução sexual já era alvo de constante vigilância e recomendações, antes e após o casamento. Procurava-se conhecer as intimidades dos casais. Empenhava-se em conduzir os modos de existência dos fiéis, repudiando a atividade sexual fora do casamento e as relações que não permitiam a inseminação, tais como a sodomia e o coito interrompido (LINS, 2007).

No entanto, as práticas se distanciavam dos discursos em prol da salvação. Enquanto as mulheres temiam relações sexuais antes do casamento, os homens tinham a possibilidade de experimentar os prazeres carnavais com prostitutas, antes e após o casamento. A prostituição era tolerada, pois supostamente saciaria as vontades íntimas dos homens. Em determinadas situações, representava até mesmo uma prática iniciática da construção e reivindicação do prazer masculino. O único prazer relevante (LINS, 2007).

No século V, o aborto, o infanticídio e o abandono dos filhos, viúvas ou idosos, era visto como um pecado grave contra Deus. Enquanto o divórcio e a promiscuidade expandiam-se no Império Romano, a Igreja Católica, preocupava-se com a permanência do casamento e, em outros casos, defendia a virgindade para as mulheres. Atentava-se cada vez mais em proteger a formação da família, dando um sentido para a sua existência (FLANDRIN, 1988).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primórdios da Igreja Católica, os discursos sobre a família emergiram diante dos (des) enlaces entre a Sagrada Escritura, mais especificamente os escritos dos discípulos e apóstolos de Jesus Cristo, e os escritos de alguns ilustres religiosos. Em tais discursos é possível perceber que a família foi colocada entre os pecados da carne a promessa de salvação, isto é uma vida pós-morte.

Enquanto se organizava, pastoral e hierarquicamente, a Igreja Católica viu na família a possibilidade de condução humana, no âmbito individual e coletivo. Nos primeiros séculos da Igreja Católica, houve um giro discursivo, onde a família deixou de ser identificada apenas como “um resultado dos pecados da carne” para “onde se evitaria a difusão de tais pecados”.

Nos discursos produzidos, foram elaborados os deveres dos esposos entre si, onde a mulher era submissa e culpada do pecado original, e entre os pais e filhos. O amor conjugal não era valorizado. Reforçava-se a ideia de uma suposta “proteção do homem”, sobre os demais integrantes da família: Os filhos, necessitados de uma boa educação moral e a mulher, detentora do sexo fraco, frágil e arisco, necessitada de cuidados. Em tais discursos da Igreja Católica, a família era incentivada a ser monogâmica, formada a partir do casamento, voltada para a reprodução sexual e a manutenção dos princípios cristãos nas futuras gerações. Deveria repudiar os pecados da carne e reiterar a promessa de salvação.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. **Um é o outro**. Nova Fronteira, 1986.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve História do Cristianismo**. Curitiba: Editora Fundamento, 2012.

BOWKER, John. **Deus: uma breve história**. São Paulo: Globo, 2002.

FAMERÉE, Joseph. O corpo, caminho de Deus. A problemática. In. GESCHÉ, Adolph. SCOLAS, Paul (orgs.) **O Corpo, Caminho de Deus**. São Paulo: Edições Loyola, 2009. p. 13-33.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault Revoluciona a pesquisa em Educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n.02, p.371-389, jul/dez.2003.

FLANDRIN, Jean-Louis. **O Sexo e o Ocidente**. Editora Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GONZÁLEZ, Justo L. **Uma História do Pensamento Cristão**. Vol. 1: Do início até o Concílio da Calcedônia. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

_____. **A Era dos Mártires: uma história ilustrada do Cristianismo**. vol. 1. São Paulo: Vida Nova, 1995.

HUNT, Morton M., **História Natural do Amor**. São Paulo: Ibrasa, 1963.

KÜNG, Hans. **A Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda**: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo – novas tendências. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007.

_____. **O Livro do Amor**. vol 1: Da Pré-História à Renascença. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TANNAHILL, Reay. **O Sexo na História**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1983.

TILLICH, Paul. **História do Pensamento Cristão**. São Paulo: ASTE, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1992.